



MINISTÉRIO DA SAÚDE
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

**CONTRATO Nº 103 / 2012 – FUNASA,
ORIUNDO DA ARP Nº 11.1/2012**

**CONTRATO CELEBRADO ENTRE A
FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE E A
EMPRESA LTA RH INFORMÁTICA
COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES LTDA
PARA FORNECIMENTO DE
SERVIDORES DE REDE, UPGRADE DO
STORAGE CENTRAL E SOLUÇÕES DE
ARMAZENAMENTO DE DADOS E
BACKUP (STORAGE REMOTO) E KVM.**

Processo nº: 25100.010.304/2012-20

A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, entidade vinculada ao Ministério da Saúde, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.989.350/0001-16, com sede no SAUS QD 04, Bloco N, CEP: 70.070-040, em Brasília-DF, por meio do seu Diretor do Departamento de Administração, Sr. **MARCOS ROBERTO MUFFAREG**, portador da Carteira de Identidade nº 04301934-8 IFP/RJ, CPF nº 672.612.217-91, nomeado pela Portaria nº 990, publicada no D.O.U. de 12 de maio de 2011, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 923 de 28 de abril de 2011, do Senhor Presidente da FUNASA, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa **LTA RH INFORMÁTICA COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 94.316.916/0001-07, estabelecida na cidade de Porto Alegre - RS, na Av. Ipiranga, 2640 – Santa Cecília – CEP: 90.610-000, que apresentou os documentos exigidos por Lei, neste ato representado pelo Representante Legal o Srº **FABIANO COSTA BARCELOS**, CPF nº 744.233.390-72, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 4056675749,

Pregão Eletrônico nº 22/2012

expedida pela SSP - RS, em conformidade com o Contrato Social da empresa, doravante denominada CONTRATADA firmam este Contrato para fornecimento de Servidores de Rede, Upgrade do Storage Central e Soluções de Armazenamento de Dados e Backup (Storage Remoto) e KVM, para a Fundação Nacional de Saúde, por intermédio do Pregão Eletrônico n.º 22/2012, do **TIPO MENOR PREÇO POR LOTE**, regido Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002; pelo Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000 e alterações posteriores; pelo Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005; IN SLTI/MP n.º 04 de 12 de novembro de 2010 e IN SLTI n.º 02/2008, IN SLTI n.º 04/2010 de 12 de novembro, pela Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006; pelo Decreto n.º 6.204, de 5 de setembro de 2007; pela Lei n.º 8.248, de 23 de outubro de 1991 e alterações posteriores; pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, diplomas normativos aos quais as partes se sujeitam e ainda, mediante as disposições expressas nas Cláusulas abaixo e respeitando o instrumento editalício e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Servidores de Rede, Upgrade do Storage Central e Soluções de Armazenamento de Dados e Backup (Storage Remoto) e KVM, conforme especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I, parte integrante do Edital e demais anexos, como se transcritos estivessem.

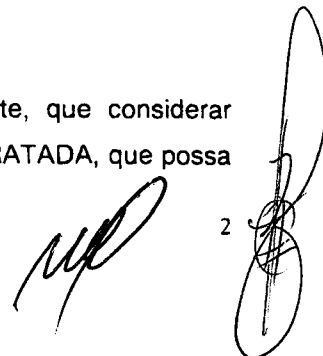
CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

Este Contrato guarda consonância com as normas contidas na Lei n.º 8.666/93, em sua versão atualizada, vinculando-se, ainda, ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 22/2012, seus Anexos e demais documentos que compõem o Processo supramencionado e fazem parte integrante e complementar deste Instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1 - Além das obrigações resultantes da observância da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, a CONTRATANTE deverá:

- a) - Acompanhar e fiscalizar a execução do(s) Contrato(s);
- b) - Vetar o emprego de qualquer produto, no todo ou em parte, que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA, que possa



2

ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens patrimoniais ou ser prejudicial à saúde dos servidores;

c) - Solicitar informações da CONTRATADA que comprovem a adequação da quantidade e da qualificação dos técnicos que atuam na prestação dos serviços em operação. Com base nessas informações e/ou em eventuais ocorrências que demonstrem que os serviços não estão sendo prestados a contento, a FUNASA exigirá a imediata regularização de quaisquer desconformidades observadas, de modo que sejam preservados e mantidos os níveis de serviço contratados;

d) - Atestar as Notas Fiscais/Faturas após a efetiva entrega dos equipamentos objeto desta licitação;

e) - Efetuar os pagamentos à CONTRATADA;

f) - Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

g) - Após a assinatura do contrato a FUNASA deverá indicar os nomes e telefones dos responsáveis pelos recebimentos e CNPJ das unidades;

h) - Disponibilizar, na Presidência e nas Superintendências Estaduais, infraestrutura física e lógica para instalação dos equipamentos e soluções, objeto desta contratação;

i) - Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitados, desde que atendidas as obrigações contratuais;

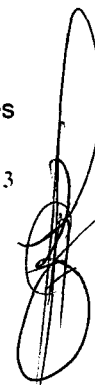
j) - Permitir a entrada dos funcionários da CONTRATADA, desde que devidamente identificados, para instalação das soluções contratadas;

k) - Definir o cronograma de entrega e instalação a partir do Plano Executivo a ser entregue pela CONTRATADA 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato;

l) - Emitir "Termo de recebimento provisório" e "Termo de recebimento definitivo" quando for o caso.

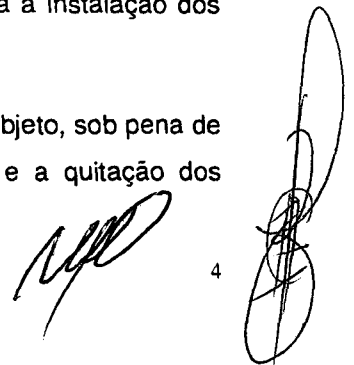
CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1. - A CONTRATADA, além do fornecimento dos serviços e das responsabilidades



resultantes da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, da Lei n.º 9.472/97, se obrigará a:

- a) - Atender a todas as condições descritas no Termo de Referência e respectivo Contrato;
- b) - Entregar a FUNASA o Plano Executivo no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato;
- c) - Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência do Contrato;
- d) - Entregar os produtos em prazo não superior ao máximo estipulado;
- e) - Prestar garantia aos equipamentos e suporte técnico durante trinta e seis meses;
- f) - Durante o período de garantia a CONTRATADA fornecerá a FUNASA, sem ônus adicional, quaisquer atualizações de firmware e software disponibilizadas pelo fabricante para os equipamentos e soluções, objeto desta aquisição;
- g) - A CONTRATADA será responsável pela instalação das atualizações citadas no item anterior;
- h) - Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá prestar serviços de suporte técnico compreendendo manutenção corretiva (defeitos apresentados pelos equipamentos, incluindo defeitos de hardware, software e problemas de configuração), manutenção preventiva (atualizar drivers e outros componentes de software que sejam disponibilizados pelo fabricante para os componentes do equipamento) e orientação sobre a utilização e configuração dos equipamentos;
- i) - Prestar suporte técnico aos equipamentos nos prazos e na forma especificados neste Termo de Referência;
- j) - A CONTRATADA deverá transferir a tecnologia com o objetivo de repassar aos profissionais da FUNASA a arquitetura e as configurações realizadas para a instalação dos equipamentos e soluções adquiridos;
- k) - A CONTRATADA deverá comprovar, no momento da entrega do objeto, sob pena de rescisão contratual e multa, a origem dos bens importados oferecidos e a quitação dos

Handwritten signatures and a circular stamp. The stamp is partially visible on the right side of the page, containing some illegible text.

tributos de importação a eles referentes, conforme previsto no art. 3º inciso III do Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010;

l) - Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, os quais não têm qualquer vínculo empregatício com a FUNASA;

m) - Reparar quaisquer danos diretamente causados à FUNASA ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela FUNASA. Apurado o dano e caracterizada sua autoria por qualquer empregado da CONTRATADA, esta pagará à FUNASA o valor correspondente, mediante o recolhimento em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela FUNASA;

n) - A CONTRATADA se compromete a manter em caráter confidencial, formalizado através de Termo de Confidencialidade, Anexo II do Edital, mesmo após o término do prazo de vigência ou eventual rescisão do contrato, todas as informações a que teve acesso;

o) - Manter, durante a execução do Contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados; treinados e qualificados quando da instalação dos equipamentos servidores, e soluções de backup o que deverá ser comprovado por meio de:

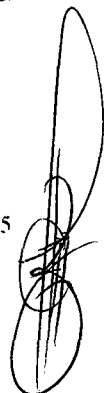
p) - Atestado de capacitação técnica emitido pelo fabricante para o Instalador de equipamento servidor;

q) - Atestado de capacitação técnica emitido pelo fabricante para o Técnico de suporte para ações de manutenção e garantia.

r) - Não ceder ou transferir, total ou parcialmente, parte alguma deste contrato. A fusão, cisão ou incorporação só será admitida com o consentimento prévio e por escrito da FUNASA;



5



s) - Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objetos deste Contrato, sem prévia autorização formal da FUNASA;

t) - Dar ciência, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços, bem como prestar esclarecimentos que forem solicitados pela FUNASA;

u) - Somente desativar hardware, software e qualquer outro recurso computacional mediante prévia autorização da FUNASA;

v) - Não impedir ou criar empecilhos à instalação de seus produtos em equipamentos de outros fornecedores, se a FUNASA assim o desejar, desde que tal iniciativa não implique em danos a estes equipamentos. A efetivação de tal medida não poderá, sob qualquer hipótese, servir de pretexto para a CONTRATADA desobrigar-se da prestação dos serviços de manutenção e suporte técnico;

w) - Prestar qualquer tipo de informação solicitada pela FUNASA sobre os serviços contratados, bem como fornecer qualquer documentação julgada necessária ao perfeito entendimento do objeto do Termo de Referência;

x) - Elaborar e apresentar documentação técnica dos serviços executados, nas datas aprezadas, visando homologação da mesma pela FUNASA;

y) - Assumir todos os gastos e despesas que se fizerem necessários para o adimplemento das obrigações decorrentes do contrato, tais como: ferramentas, transportes, peças, acessórios e demais encargos que possam eventualmente prejudicar a entrega do objeto;

z) - Atender prontamente a quaisquer exigências da Fiscalização da FUNASA inerentes ao objeto desta contratação;

aa) - Apresentar à FUNASA, para efeito de pagamento, a Nota Fiscal no momento da entrega dos equipamentos para análise e atesto do setor competente da FUNASA após os procedimentos internos;

bb) - As empresas poderão comparecer no edifício sede da Funasa, localizado no endereço SAS Quadra 4 Bloco N Sala 109 – 1º andar, a fim de vistoriar o ambiente de



instalação dos equipamentos e obter informações dos que serão instalados nas demais capitais, tomando conhecimento de todos os aspectos que possam influir direta ou indiretamente na execução contratual, até o último dia útil anterior a data de abertura do Pregão. . A vistoria deverá ser previamente agendada através dos telefones (61) 3314 6611 ou 3314 6449 - Administração de Rede FUNASA;

cc) - Não serão aceitas, em nenhuma hipótese, reclamações ou alegações futuras de desconhecimento das instalações da FUNASA por parte da CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

5.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelo fornecimento dos softwares, conforme detalhamento:

ITEM	Descrição	Quantidade	Preço Unitário	Valor Total
1	Servidor de Rede - Categoria I	24	R\$ 16.500,00	R\$ 396.000,00
TOTAL			R\$ 16.500,00	R\$ 396.000,00

Sendo o preço unitário de R\$ 16.500,00, (dezesesseis mil e quinhentos reais) perfazendo o valor global de R\$ 396.000,00 (trezentos e noventa e seis mil reais). Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, estes serão revisados mediante Termo Aditivo, para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas com a contratação objeto deste Contrato correrão por conta do PTRES: 005007; Fonte: 0151; Elemento de Despesa: 4490, Nota de Empenho: 2012NE801522.

6.2 - A despesa para os exercícios subsequentes será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada à contratante pela Lei Orçamentária Anual.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1 - O pagamento será efetuado de acordo com a entrega dos equipamentos na Presidência e Superintendências da FUNASA, após o Recebimento Definitivo que será emitido quando os serviços de instalação e transferência de conhecimento estiverem concluídos.

7.2 - O Recebimento definitivo ficará condicionado, ainda, ao atendimento de todas as eventuais solicitações no sentido de que a CONTRATADA substitua os equipamentos ou soluções que porventura apresentem defeitos, irregularidades e/ou imperfeições, bem como aqueles que tenham sido entregues fora das especificações, não sendo prorrogados os prazos em função de qualquer solicitação da FUNASA.

7.3 - O pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias úteis após o Recebimento Definitivo, devendo este ser formalizado através de Ata de Recebimento Definitivo emitida pela Comissão de Recebimento Permanente da Presidência ou Superintendência.

7.4 - Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente do cumprimento de quaisquer das obrigações impostas à CONTRATADA, inclusive em virtude de penalidade ou inadimplência.

7.5 - A fim de que a FUNASA possa efetuar o pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal constando a indicação do banco, agência e o número da conta corrente para que o crédito seja efetuado.

7.6 - As notas fiscais deverão ser entregues à FUNASA no momento da entrega dos equipamentos, as quais deverão conter o recebimento provisório da respectiva localidade.

7.7 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação contratual sem que isso gere direito à alteração dos preços ou de compensação financeira em face desta circunstância.

7.8. No caso de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data referida no item 7.3 até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas::

$$I = \frac{(TX/100)}{365}$$

365

$EM = I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

7.9. Se o ato que originou o atraso, decorrer da conduta de algum servidor, o mesmo será responsabilizado administrativamente. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão estes restituídos ao licitante vencedor para as correções solicitadas, não respondendo a FUNASA por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

8.1 - O prazo de vigência do contrato será de 36 (trinta e seis) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, da Lei nº 8.666/93 com suas alterações, mediante acordo prévio entre as partes.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1 - A execução deste contrato será acompanhada e fiscalizada pelo Fiscal Técnico do Contrato, Fiscal Requisitante do Contrato, Fiscal Administrativo do Contrato. Os Fiscais Técnico, Requisitante e Administrativo serão, preferencialmente, os Integrantes da Equipe de Planejamento da Contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA– DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada no SICAF e no cadastro de fornecedores do CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e demais cominações legais a CONTRATADA que:



- a) Apresentar documentação falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Frustrar ou fraudar na execução deste contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo;
- e) Cometer fraude fiscal.

10.2. As regras para aplicações de multas e sanções são aquelas previstas no arts. 86 e 87, da Lei 8.666/93 e demais regras específicas.

10.2.1 Regras específicas para aplicação de multas e sanções

Item	Ocorrência	Sanção / Multa
1	Não instalação dos equipamentos e soluções dentro do prazo estipulado	Multa de 1,0% ao dia sobre o valor de nota fiscal do equipamento não instalado, limitando-se a 30 dias úteis. Após esse prazo será encaminhada solicitação para cancelamento do contrato.
2	Atraso injustificado na entrega	Multa de 1% por dia de atraso até o limite de 30%
3	Deixar, a contratada, de notificar a instalação de equipamento ou a não correção de eventuais irregularidades apontadas durante o processo de recebimento definitivo.	Multa de 1,0% ao dia sobre o valor do equipamento.
4	Não disponibilizar, a contratada, central de atendimento ou não registrar os chamados técnicos feitos pela Contratante.	Multa de 2,0% ao dia sobre o valor do contrato.
5	Não solucionar, a contratada, problema no prazo previsto, para chamados abertos no período de garantia.	Multa de 1,0% ao dia sobre o valor do equipamento.
6	Não substituir, a contratada, em 20 dias úteis, equipamento que apresentou 3 problemas no período de 60 dias.	Multa de 0,5% ao dia sobre o valor do equipamento.

Item	Ocorrência	Sanção / Multa
7	Causar, a contratada, dano ou avaria nos equipamentos, por imprudência ou imperícia.	Multa de 1,0% sobre o valor do equipamento.
8	Causar, a contratada, prejuízo por contaminação nos equipamentos da contratante.	Multa de 10,0% sobre o valor do contrato.
9	Deixar de entregar a documentação exigida	Multa de 10%/ suspensão temporária para licitar; declaração de inidoneidade para licitar
10	Não assinar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade	Multa de 10%/ suspensão temporária para licitar; declaração de inidoneidade par licitar
11	Apresentar documentação falsa	Multa de 10%/ suspensão temporária para licitar; declaração de inidoneidade par licitar
12	Não mantiver a proposta	Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor adjudicado.
13	Comportar-se de modo inidôneo	Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor adjudicado.
14	Fazer declaração falsa	Multa de 10%/ suspensão temporária para licitar; declaração de inidoneidade par licitar
15	Cometer fraude fiscal	Multa de 10%/ suspensão temporária para licitar; declaração de inidoneidade par licitar
16	Falhar ou fraudar na execução do contrato qualquer dos deveres elencados	Multa de 10%/ suspensão temporária para licitar; declaração de inidoneidade par licitar
17	Inexecução total ou parcial	Advertência; multa; suspensão temporária para licitar; declaração de inidoneidade para licitar

10.3 - O valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal ou crédito em favor da CONTRATADA, porventura existente junto à Funasa, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será descontada da garantia contratual.

10.4 - Se a somatória do valor da Nota Fiscal e Garantia Contratual for insuficiente para quitar o valor da multa pecuniária, a CONTRATADA será obrigada a recolher a importância devida no prazo de até 15 (quinze) dias, contados do recebimento da comunicação oficial.

10.5 - Esgotados os meios administrativos para a liquidação da importância devida pela CONTRATADA à Funasa, sem que esta tenha sido feita, o processo correspondente será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

10.6 - As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente mediante ato da autoridade competente.

10.7 - A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui a possibilidade da responsabilidade civil do licitante vencedor por eventuais perdas e danos à Funasa.

10.8 - Em quaisquer hipóteses de aplicação de sanções, será assegurado ao licitante vencedor o direito ao contraditório e a ampla defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento da notificação emitida pela Funasa;

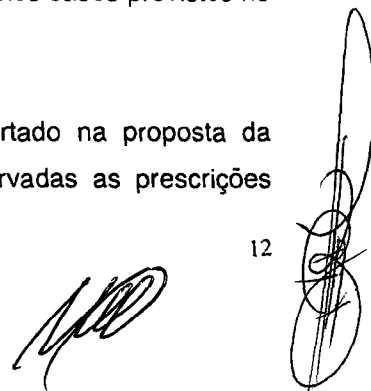
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. - Dos atos praticados pela CONTRATANTE cabem recursos na forma prevista no art. 109, da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

12.1 - Este Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos casos previstos no art. 65 da Lei nº 8.666/1993, sempre por meio de Termos Aditivos.

12.2 O objeto do presente contrato será fornecido pelo preço ofertado na proposta da contratada, que será fixo e reajustável, podendo, ser revisto, observadas as prescrições



contidas no art. 12, e seus parágrafos, do Decreto nº 3.931/2001.

12.3 Os preços ajustados já levam em conta todas e quaisquer despesas incidentes na prestação do serviço contratado, tais como tributos e demais encargos de qualquer natureza incidentes sobre o serviço contratado.

12.4 O preço ajustado também poderá sofrer correção desde que reste comprovada a ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas na alínea "d", do inciso II, do art. 65, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial deste contrato ensejará sua rescisão, com as conseqüências contratuais, de acordo com o disposto nos Artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

13.1. A rescisão deste contrato poderá ser:

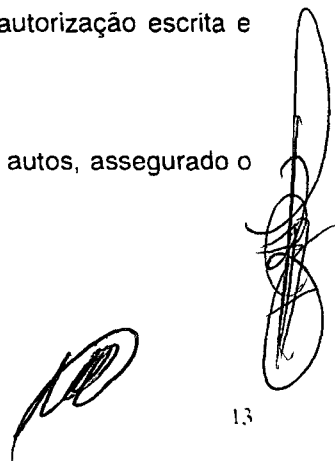
I- determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a contratada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, exceto quanto ao inciso XVII;

II- amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

III- judicial, nos termos da legislação.

13.2. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

13.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.



13.4. A rescisão de que trata o inciso I do subitem 13.1 acarreta as consequências previstas nos incisos I a IV do artigo 80 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções previstas na referida Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GARANTIA

14.1. Como garantia de execução deste Contrato, a CONTRATADA apresentou garantia no valor de R\$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais), correspondente a 5% do valor anual previsto deste Contrato, na modalidade Pregão Eletrônico conforme disposto no §1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93, a qual ficará sob a responsabilidade da CONTRATANTE.

14.2. A garantia prestada pela CONTRATADA somente será liberada depois de certificado, pela CONTRATANTE, que o objeto deste Contrato foi totalmente realizado a contento.

14.3. A liberação da garantia será procedida no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do recebimento do pedido formulado, por escrito, pela CONTRATADA.

14.4 - A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a execução do contrato e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO

15.1. Este Contrato poderá ser rescindido na forma e na ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas nos Arts. 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93.

15.2. Este Contrato será rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas na Cláusula Quarta, sujeitando a CONTRATADA à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação da execução dos serviços.

15.3. A CONTRATADA reconhece desde já os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa, por qualquer um dos motivos previstos no Inciso I do Art. 79 da Lei n.º 8.666/93.

15.4. Ocorrendo a rescisão unilateral com base nos Incisos XII a XVII do Art. 78 da Lei n.º



8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, serão a esta, assegurados os direitos previstos no § 2º do Art. 79 da mesma Lei.

15.5. A falta de cumprimento de qualquer Cláusula ou simples condição deste Contrato, poderá acarretar a sua rescisão mediante prévio aviso. Contudo a CONTRATANTE poderá rescindir este Contrato automática e independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

15.5.1. Concordata ou falência ou instauração de insolvência civil da CONTRATADA ou ainda, recuperação judicial e extrajudicial;

15.5.2. Dissolução da sociedade, e

15.5.3. Inadimplência da CONTRATADA em manter todas as condições de cadastramento e qualificação exigidas na licitação.

15.6. Poderá, ainda, este Contrato ser rescindido, na forma da Lei, pela ocorrência das demais situações previstas na Lei n.º 8.666/93.

15.7. Em quaisquer dos casos previstos nesta cláusula, é assegurado à CONTRATADA o direito ao contraditório e à ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento de Contrato, por extrato, no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 dias daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, nos Decretos nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, 5.450, de 31 de maio de 2005 e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666/1993, Instruções Normativas nº 02 e 04/2009 com as alterações inseridas pela IN nº 03/2009.

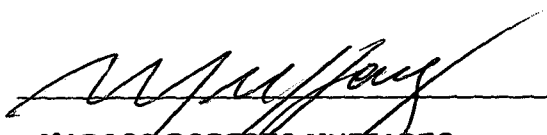


CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Contrato será o da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal. E por estarem de pleno acordo, assinam o presente instrumento contratual em três vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Brasília, ____ de _____ de 2012.

CONTRATANTE



MARCOS ROBERTO MUFFAREG
Diretor do Departamento de Administração

CONTRATADA



FABIANO COSTA BARCELOS
Representante Legal

Testemunhas: